Mar 2030 - Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Prioridade 3 – Promoção do Desenvolvimento de uma Economia Azul Sustentável nas Regiões Costeiras, Insulares e Interiores e Fomento do Desenvolvimento das Comunidades Piscatórias e de Aquicultura

Reconhecimento dos GAL e seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (2021-2027)

Concurso para a apresentação de candidaturas

ANEXO II – A

Template para a submissão de candidaturas à seleção de GAL e à aprovação de EDL

1. Designação do GAL

Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro (GAC-RA)

2. Designação da Entidade Gestora

Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA)

3. Caracterização e Diagnóstico do território

O território de intervenção proposto é constituído por 23 freguesias de 6 municípios (Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Vagos) da NUTS III Região de Aveiro que, no seu conjunto, abrangem uma área de 556,79 km^2 de território e uma população de 175.170 pessoas (INE, Censos 2021). Este território, constituído por comunidades piscatórias e aquícolas, caracteriza-se pela forte influência do elemento "água", sendo limitado a oeste pelo oceano Atlântico e fortemente marcado pela Ria de Aveiro, uma das zonas húmidas mais importantes de Portugal Continental. Com estas macro características, engloba cerca de 60 km de costa, nas freguesias costeiras de Esmoriz, Cortegaça, Maceda, UF de Ovar, S. João de Ovar, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã, Torreia, S. Jacinto, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação, Gafanha do Carmo e Gafanha da Boa Hora e as freguesias litorâneas das águas interiores da área estuarina do Vouga (nomeadamente, Válega, Pardilhó, Bunheiro, Monte, Murtosa, UF de Beduído e Veiros, Cacia, UF de Glória e Vera Cruz, Esgueira, Ílhavo (São Salvador), UF de Vagos e Santo António, Sosa e Santo André de Vagos), garantindo a contiguidade geográfica e a unidade da área de intervenção.

Estas características únicas têm moldado a identidade e a cultura do território, influenciando as dinâmicas sociais e o perfil de especialização económica e de investigação presentes.

Os múltiplos e distintos recursos naturais, apesar de fortemente humanizados, representam um importante valor ambiental, científico, cultural, social e económico, que exige particular proteção e adequada gestão, garantindo a sua preservação e equilíbrio com as atividades humanas. Destacam-se, pela elevada riqueza e diversidade paisagística e ecológica, as seguintes áreas classificadas: Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto; Zona de Proteção Especial (ZPE) e Sítio de Importância Comunitária (SIC) da Ria de Aveiro; SIC e Zona Especial de Conservação (ZEC) das Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas; SIC-ZEC da Barrinha de Esmoriz; ZPE Aveiro-Nazaré; e Sítio Maceda - Praia da Vieira (estes dois últimos apenas incidentes no oceano).

Importa ainda referir que este território, assim como a maioria de Portugal Continental, se encontra localizado na região biogeográfica mediterrânica, particularmente sensível às alterações climáticas, com riscos associados ao aumento das ondas de calor e de fogos florestais, à subida do nível do mar, e fenómenos extremos que aumentam o risco de cheias e inundações. Neste contexto importa igualmente considerar a erosão costeira que advém de fatores antrópicos e naturais que se agravam com as alterações climáticas devido à subida do nível médio do mar e resultam no recuo da linha de costa, com consequências para as atividades económicas e comunidades destas áreas. Neste território toda a linha de costa tem graves problemas de erosão tendo já sido concretizadas diversas obras para minimizar efeitos mais gravosos, nomeadamente nos concelhos de Ovar e Vagos.

Tabela 1. Território de intervenção do GAC-RA

Concelho	Freguesia	Superfície	População residente	Densidade populacional
		Km²	N.º	N.º/ km²
		2021		
Aveiro	Cacia	35,75	6830	191,05
	Esgueira	17,15	13505	787,46
	São Jacinto	13,84	758	54,77
	UF de Glória e Vera Cruz	45,32	21227	468,38
Estarreja	Pardilhó	15,7	4232	269,55
	UF de Beduído e Veiros	31,84	9903	311,02
Ílhavo	Gafanha da Encarnação	10,98	5318	484,34
	Gafanha da Nazaré	16,44	15551	945,92
	Gafanha do Carmo	7,05	1691	239,86
	Ílhavo (São Salvador)	39	16675	427,56
Murtosa	Bunheiro	24,79	2497	100,73
	Monte	2,29	1568	684,72
	Murtosa	14,55	3503	240,76
	Torreira	31,46	2908	92,43
Ovar	Cortegaça	9,23	3746	405,85
	Esmoriz	9,17	11922	1 300,11
	Maceda	16,08	3380	210,2
	UF de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	86,4	29431	340,64
	Válega	26,83	6474	241,3
Vagos	Gafanha da Boa Hora	37,22	2848	76,52
	Santo André de Vagos	12,69	2046	161,23
	Sosa	21,69	2817	129,88
	UF de Vagos e Santo António	31,32	6340	202,43
6	**23**	**556,79**	**175170**	**314,61**

Figura 1. Território de intervenção do GAC-RA

Demografia

De acordo com os resultados dos Censos 2021, no território de intervenção do GAC-RA residiam 175.170 habitantes, com uma maior concentração nos concelhos de Ovar (31,4%), Aveiro (24,2%) e Ílhavo (22,4%) que correspondem a centros urbanos estruturantes, seguindo-se os concelhos de Estarreja (8,1%), Vagos (8%) e Murtosa (6%) classificados como centros urbanos complementares. Em termos de evolução (2011-2021), verificou-se um acréscimo populacional de 1% (1.746 indivíduos), uma percentagem que contraria a tendência de regressão populacional registada na Região de Aveiro (-0,8%), na NUTS II Centro (-4,3%) e a nível nacional (-2,1%). De notar que a perda populacional, ainda que com expressões diferentes, é transversal a quase todos os concelhos que integram o território do GAC-RA, à exceção de Aveiro, Ílhavo e Vagos que registam uma evolução populacional positiva.

Neste período verificou-se, no território de intervenção do GAC-RA, uma diminuição da população com menos de 14 anos (-14,3%) e um aumento da população com mais de 65 anos (28,4%), com evidente impacto no índice de envelhecimento. No entanto, importa destacar que o valor registado no território de intervenção do GAC-RA (168,3) é inferior ao verificado nas escalas nacional, regional e sub-regional (182,1, 228,6 e 185,6, respetivamente). Esta realidade reflete-se também no aumento do índice de dependência total e índice de dependência de idosos e na diminuição do índice de dependência de jovens (em 2021 estes valores eram de 52,8, 33,1 e 19,7, respetivamente).

De acordo com o INE, registou-se também um significativo aumento de população estrangeira nos 6 concelhos do território de intervenção do GAC-RA, na sua maioria proveniente de países de fora da União Europeia. Em 2021, 1.117 pessoas estrangeiras solicitaram estatuto de residência no concelho de Aveiro, seguindo-se os concelhos de Ílhavo (242 pessoas), Ovar (151 pessoas), Vagos (112 pessoas), Estarreja (66 pessoas) e Murtosa (40 pessoas).

Tabela 2. Evolução dos indicadores demográficos, entre 2011 e 2021

Unidade territorial	População residente		Variação populacional	População residente com 14 ou menos anos de idade		População residente com 65 ou mais anos de idade		Índice de envelhecimento		Índice de dependência total		Índice de dependência de idosos		Índice de dependência de jovens	
	N.º		%	%		%		N.º		N.º		N.º		N.º	
	2021	2011	2011-2021	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011
Portugal	10343066	10562178	-2,1	12,9	14,9	23,4	19,0	182,1	127,8	57,0	51,3	36,8	28,8	20,2	22,5
Região Centro (NUTS II)	2227239	2327755	-4,3	11,8	13,7	27,0	22,4	228,6	163,4	63,6	56,6	44,2	35,1	19,3	21,5
Região de Aveiro (NUTS III)	367403	370394	-0,8	12,6	14,7	23,4	18,7	185,6	126,9	56,4	50,1	36,6	28,0	19,7	22,1
Aveiro	80954	78450	3,2	13,0	14,6	21,0	16,9	162,2	116,1	51,5	45,9	31,8	24,7	19,6	21,3
Estarreja	26213	26997	-2,9	12,6	14,6	24,4	20,0	194,1	137,0	58,6	52,9	38,7	30,6	19,9	22,3
Ílhavo	39235	38598	1,7	13,4	15,4	21,5	16,6	160,0	107,5	53,8	47,1	33,1	24,4	20,7	22,7
Murtosa	10476	10585	-1,0	13,4	15,5	24,7	22,6	184,1	145,7	61,4	61,4	39,8	36,4	21,6	25,0
Ovar	54953	55398	-0,8	12,4	15,5	21,5	15,9	173,2	102,6	51,2	45,8	32,5	23,2	18,7	22,6
Vagos	22886	22851	0,2	13,4	14,9	24,1	19,6	180,2	131,6	59,8	52,7	38,5	30,0	0,8	0,8
Território de intervenção do GAC-RA	**175170**	**173424**	**1,0**	**12,9**	**15,2**	**21,7**	**17,1**	**168,3**	**112,3**	**52,8**	**47,6**	**33,1**	**25,2**	**19,7**	**22,4**

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Educação e qualificação dos recursos humanos

A análise do nível de escolaridade da população residente com mais de 15 anos no território de intervenção do GAC-RA revela que, em 2021, cerca de metade da população (49,9%) possuía o ensino básico completo: 21,6% o 1.º CEB, 10,3% o 2.º CEB e 18% o 3.º CEB; 24,2% o ensino secundário e pós-secundário; e 21,3% o ensino superior. Destaca-se ainda a existência de 4,5% da população sem nenhum nível de ensino (o que corresponde a 6927 indivíduos). Entre os dois momentos censitários salienta-se a diminuição da taxa de analfabetismo no território do GAC-RA, passando de 3,42% em 2011 para 2,08% em 2021, com valores ligeiramente inferiores aos registados nas escalas macro em análise. Verificam-se melhorias em vários indicadores do domínio da educação e qualificações, nomeadamente no que diz respeito à diminuição da taxa de retenção e

desistência no ensino básico e ao aumento da taxa de transição/conclusão no ensino básico e no ensino secundário, transversal a todos os concelhos que integram o território do GAC-RA.

Tabela 3. Indicadores relativos à escolarização da população

Unidade territorial	População residente com mais de 15 anos por nível de escolaridade mais elevado completo (2021)						Taxa de analfabetismo		Taxa de retenção e desistência no ensino básico		Taxa de transição/ conclusão no ensino básico		Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário	
	N.º						%		%		%		%	
	Nenhum	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino superior	2021	2011	2020/2021	2015/2016	2020/2021	2015/2016	2020/2021	2015/2016
Portugal	528 088	2 008 075	864 512	1 604 653	2 223 662	1 782 888	3,08	5,22	3,1	6,6	96,9	93,4	91,7	84,3
Região Centro (NUTS II)	131 433	500 821	184 795	344 689	459 442	342 660	3,65	6,38	2,5	5,6	97,5	94,4	92,8	86
Região de Aveiro (NUTS III)	16 466	75 828	35 465	57 523	76 033	59 701	2,47	4,16	2,2	5	97,8	95	92,6	86,9
Aveiro	2 650	12 445	6 118	11 909	17 474	19 867	1,67	2,93	1,7	3,2	98,3	96,8	93,1	88,5
Estarreja	1 255	6 062	2 882	4 430	5 053	3 053	2,66	4,2	2	4,9	98	95,1	92,9	81,6
Ílhavo	1 552	7 444	3 409	6 163	7 926	7 066	2,16	3,19	2,7	6,7	97,3	93,3	92	85
Murtosa	542	2 750	1 227	1 699	1 650	1 147	2,46	4,67	5,3	13,6	94,7	86,4	92,4	63,8
Ovar	25 513	11 038	5 456	9 019	11 453	8 440	2,25	3,74	3,7	6,4	96,3	93,6	89,6	85,1
Vagos	11 058	5 338	2 325	3 395	4 237	2 834	3,55	6,08	2,2	5,9	97,8	94,1	90,7	83,9
Território de intervenção do GAC-RA	6 927	32 921	15 753	27 523	36 996	32 483	2,08	3,42	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021; INE, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

No que respeita à investigação e formação especializada destaca-se a presença das seguintes entidades no território do GAC-RA:

- **Universidade de Aveiro** com oferta formativa especializada nas seguintes áreas: licenciatura em Ciências do Mar, mestrado em Ciências do Mar e da Atmosfera e em Biologia Marinha Aplicada, Programa Doutoral em Ciência, Tecnologia e Gestão do Mar. Destaque para o CESAM - Laboratório Associado Centro de Estudos do Ambiente e do Mar, que desenvolve investigação na área dos ecossistemas e recursos marinhos e o ECOMARE - Laboratório para a inovação e sustentabilidade dos recursos biológicos marinhos.
- **Creative Science Park (PCI)**: infraestrutura do Sistema Científico e Tecnológico que promove a ligação entre a academia, o tecido empresarial e o mercado nacional e internacional, potenciando a criação e o crescimento de empresas e o reforço da competitividade da região e que tem como uma das suas apostas estratégicas a área do Mar.

- **CIEMar-Ílhavo – Centro de Investigação e Empreendedorismo do Mar**: corresponde a uma subunidade do Museu Marítimo de Ílhavo (MMI) que desempenha uma missão de investigação científico-cultural, sendo composto por três valências: centro de investigação; DocMar (biblioteca e arquivo); e Incubadora de Empresas do Município de Ílhavo.
- **Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (FOR-MAR) (polo de Ílhavo):** visa a promoção de atividades de formação profissional para a valorização dos recursos humanos dos setores ligados às atividades marítimas.
- **ISCIA – Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração | Fundação para o Desenvolvimento da Região de Aveiro**: instituição de ensino superior e formação com oferta em domínios específicos ligados ao Mar, como é o caso das questões jurídicas relacionadas com as atividades marítimas e portuárias, possuindo capacidades reconhecidas ao nível do Direito Marítimo.

Emprego e rendimentos

Os indicadores socioeconómicos são de análise prioritária uma vez que apoiam a compreensão do cenário de partida em matéria de coesão e integração sociais. Considerados os dois momentos censitários, verifica-se uma redução evidente da taxa de desemprego em todos os concelhos que integram o território de intervenção do GAC-RA, passando de 11,32% em 2011 para 6,44% em 2021. Destaca-se que, no ano mais recente, a taxa de desemprego no território do GAC-RA é inferior à registada a nível nacional e superior às registadas na Região Centro e na Região de Aveiro. Importa ainda referir que a taxa de desemprego no sexo feminino é superior à do sexo masculino em todas as escalas de análise. No que respeita à população empregada, entre 2011 e 2021, verificou-se um aumento de 6,86% no território do GAC-RA. Neste âmbito, importa referir que a indisponibilidade de mão-de-obra corresponde a uma das principais fragilidades sentidas atualmente no território do GAC-RA.

Tabela 4. Indicadores relativos ao emprego

Unidade territorial	Taxa de desemprego						População empregada						Taxa de variação da população empregada (2011/2021)
	2021			2011			2021			2011			
	%			%			N.º			N.º			%
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	
Portugal	8,13	7,35	8,92	13,18	12,58	13,83	4 426 461	2 256 526	2 169 935	4 361 187	2 275 974	2 085 213	1,50
Região Centro (NUTS II)	6,02	5,26	6,8	10,98	9,99	12,08	936 569	480 640	455 929	940 211	497 941	442 270	-0,39
Região de Aveiro (NUTS III)	5,54	4,8	6,31	11,32	10,09	12,67	167 355	86 104	81 251	159 862	84 510	75 352	4,69
Aveiro	5,7	5,14	6,26	10,73	10,37	11,1	38 628	19 337	19 291	35 791	18 143	17 648	7,93
Estarreja	6,24	5,49	7,09	11,77	10,13	13,71	11 460	6 115	5 345	11 032	6 086	4 946	3,88
Ílhavo	6,34	5,71	6,99	12,08	11,5	12,68	17 877	9 035	8 842	16 711	8 599	8 112	6,98
Murtosa	5,06	3,86	6,49	12,08	9,44	15,41	4 349	2 391	1 958	3 996	2 294	1 702	8,83
Ovar	7,12	6,13	8,17	14,88	13,12	16,78	24 807	12 869	11 938	23 646	12 549	11 097	4,91
Vagos	5,01	4,22	5,85	9,73	8,73	10,86	10 310	5 351	4 959	9 690	5 176	4 514	6,40
Território de intervenção do GAC-RA	**6,44**	**5,66**	**7,24**	**11,32**	**10,29**	**12,41**	**79 839**	**40 876**	**38 963**	**74 717**	**39 083**	**35 634**	**6,86**

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

A análise dos rendimentos disponíveis é suportada em vários indicadores, sendo de especial importância os associados às transferências sociais [pensões, subsídio de desemprego e rendimento social de inserção (RSI)]. Neste âmbito, no período compreendido entre 2015 e 2021, verificou-se um aumento global do número de beneficiários de pensões, com a exceção dos concelhos de Estarreja e Murtosa que registaram uma ligeira diminuição. As pensões de velhice são a tipologia mais expressiva, facto associado ao perfil etário da população. Entre 2015 e 2021, verificou-se um aumento do valor médio das pensões em todos os concelhos do território de intervenção do GAC-RA. Importa referir que, em 2021, os concelhos de Aveiro, Ílhavo, Ovar e Estarreja apresentavam valores superiores à média nacional (6 255€, 6 132€, 5 952€ e 5 874€, respetivamente) enquanto os concelhos de Murtosa e Vagos apresentavam os valores mais baixos (4 661€ e 4 510€, respetivamente). No mesmo período, houve um decréscimo global do número de beneficiários do subsídio de desemprego e do RSI, com a exceção do concelho de Vagos que regista um ligeiro aumento do número de beneficiários de RSI. Os valores das prestações sociais e o quantitativo demográfico que as tem como único rendimento revela fragilidades socioeconómicas uma vez que estão abaixo do fixado como sendo o limiar de risco de pobreza: 6 653€ em 2020 (INE, Inquérito às condições de vida e rendimento).

A análise dos indicadores relativos aos rendimentos, nomeadamente ao (i) ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem e ao (ii) rendimento bruto declarado deduzido em IRS por sujeito passivo e por agregado fiscal, permite um diagnóstico abrangente uma vez que engloba a totalidade da população. Em 2020 os trabalhadores por conta de outrem auferiam rendimentos ligeiramente inferiores à média nacional, com exceção dos concelhos de Estarreja e Aveiro que apresentavam valores superiores (1

297,00€ e 1 286,10€, respetivamente). A disparidade do ganho médio mensal entre sexos, em 2020, era mais elevada nos concelhos de Ílhavo (14,7%), Estarreja (14%) e Aveiro (12,3%) e relativamente mais baixa nos concelhos de Vagos (7,3%), Murtosa (8,3%) e Ovar (8,7%).

Alargando a análise à globalidade da população, os indicadores referentes ao rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo e ao rendimento bruto declarado por agregado fiscal eram, em 2020, também inferiores aos valores registados nas macro escalas analisadas, com exceção dos concelhos de Aveiro (13 507€) e Ílhavo (12 077€). O cenário apresentado tem impacto no poder de compra, sendo este indicador, no último ano disponível (2019), mais elevado no concelho de Aveiro (121,75), seguindo-se os concelhos de Ovar (89,25), Ílhavo (89,04), Estarreja (84,46), Vagos (73,96) e Murtosa (71,48).

Tabela 5. Indicadores relativos aos rendimentos da população e prestações sociais

Unidade territorial	Prestações sociais da Segurança Social											Rendimentos						Poder de compra *per capita* (N.º)	
	Beneficiários (N.º)						Valor médio (€) anual					Ganho médio mensal (trabalhadores por conta de outrem) (€)		Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo (€)		Rendimento bruto declarado por agregado fiscal (€)			
	Pensões (invalidez, velhice, sobrevivência)		Subsídio de desemprego		Rendimento Social de Inserção (RSI)		Pensões (invalidez, velhice, sobrevivência)		Subsídio de desemprego		RSI								
	2021	2015	2021	2015	2021	2015	2021	2015	2021	2015	2021	2020	2015	2020	2015	2020	2015	2019	2015
Portugal	3 021 730	3 034 627	411 031	524 791	262 206	295 704	5 845	5 052	3 200	3 038	1 237	1 247,20	1 094,10	11 998	10 267	16 688	14 685	100	100
Região Centro (NUTS II)	726 125	742 080	70 795	99 566	39 413	44 464	5 157	4 456	2 962	2 853	1 251	1 104,10	950,50	11 331	9 558	16 128	13 964	88,74	88,75
Região de Aveiro (NUTS III)	106 680	104 558	11 894	16 520	6 350	7 732	5 649	4 818	3 036	2 965	1 279	1 165,90	1 007,60	11 526	9 810	16 371	14 276	92,2	91,9
Aveiro	20 372	20 050	2 780	3 785	1 372	1 799	6 255	5 235	3 051	3 055	1 276	1 286,10	1 124,10	13 507	11 779	18 804	16 724	121,75	125,13
Estarreja	7 886	7 922	819	1 052	791	841	5 874	5 008	3 028	3 046	1 379	1 297,00	1 080,80	10 822	9 209	15 537	13 458	84,46	82,49
Ílhavo	10 427	10 111	1 469	2 020	799	857	6 132	5 318	2 978	2 949	1 230	1 179,00	994,40	12 077	10 429	17 007	14 932	89,04	88,24
Murtosa	2 519	2 599	345	442	87	101	4 661	4 024	2 965	3 265	977	941,10	803,30	10 073	8 053	14 559	11 702	71,48	69,4
Ovar	16 226	15 354	2 266	3 224	1 249	1 655	5 952	5 079	3 125	2 937	1 299	1 114,50	958,30	11 217	9 596	15 951	14 063	89,25	89,63
Vagos	6 198	6 065	615	766	297	278	4 510	3 866	2 857	2 852	1 215	1 046,80	909,60	10 097	8 392	14 548	12 347	73,96	68,96

Fonte: INE, Instituto de Informática; MTSSS/GEP, Quadros de pessoal; Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira; Estudo sobre o poder de compra concelhio

Respostas sociais

Relativamente à rede de respostas sociais existentes no território de intervenção esta é composta por 319 respostas, com foco nas crianças e jovens (45%, 170 respostas) e nas pessoas idosas (22%, 82 respostas). A análise ao número de utentes evidencia que a capacidade existente, na maioria das valências, consegue dar resposta a novos utentes, com exceção de oito tipologias com utilização igual ou superior a 100% (atividades socioeducativas; crianças e jovens com deficiência – intervenção precoce; serviço de atendimento e acompanhamento social; lar residencial (deficiência); residência de autonomização e inclusão; unidade de longa duração e manutenção; unidade de média duração e reabilitação; pessoas toxicodependentes - equipa de intervenção direta).

Tabela 6. Capacidade, utentes e taxa de utilização das respostas sociais, no território do GAC-RA, em 2023

Grupo-alvo	Respostas sociais (n.º)	Capacidade (n.º)	Utentes (n.º)	Taxa de utilização (%)
Crianças e jovens	170	8480	7375	87
Creche	48	2325	2169	93
Estabelecimento de educação pré-escolar	103	5205	4459	86
Centro de Atividades de Tempo Livres	19	950	747	79
Crianças e jovens em situação de perigo	9	702	398	57
Atividades socioeducativas	1	66	72	109
Casa de acolhimento	1	30	21	70
Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência	2	38	29	76
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	5	568	276	49
Crianças e jovens com deficiência – intervenção precoce	1	547	610	112
Família e comunidade em geral	36	12368	12026	97
Ajuda Alimentar a Carenciados	16	2486	2420	97
Centro Comunitário (Família e Comunidade)	6	3105	2793	90
Centro de Alojamento Temporário	2	26	22	85
Refeitório/Cantina Social	4	387	232	60
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Família e Comunidade)	9	6452	6647	103
Pessoas adultas com deficiência	10	433	407	94
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	4	318	300	94
Lar Residencial (Deficiência)	3	50	50	100
Residência de Autonomização e Inclusão	2	25	25	100
Serviço de Apoio Domiciliário (Deficiência)	1	40	32	80
Pessoas em Situação de Dependência	10	155	111	72
Equipa de Cuidados Continuados Integrados	6	50	15	30
Unidade de Convalescença	2	50	41	82
Unidade de Longa Duração e Manutenção	1	26	26	100
Unidade de Média Duração e Reabilitação	1	29	29	100
Pessoas idosas	82	3152	2483	79
Centro de Convívio	2	55	31	56
Centro de Dia	20	649	414	64
Estrutura Residencial para Idosos	25	1093	1015	93
Serviço de Apoio Domiciliário	35	1355	1023	75
Pessoas Toxicodependentes - Equipa de intervenção direta	1	111	111	100

Fonte: www.cartasocial.pt (consultado em janeiro de 2023)

Atividades económicas – Economia azul

As atividades económicas relacionadas com o setor da economia azul (pesca, aquicultura e atividades conexas) têm uma grande importância para este território em termos de emprego, geração de riqueza e identidade sociocultural. Estas atividades estão na base de uma importante fileira económica, diversificada em termos horizontais (pesca de largo, pesca costeira, pesca profissional local, aquicultura) e verticais (indústria de preparação e transformação, armazenamento, transporte e distribuição, comercialização, serviço de apoio a empresas), que por sua vez estabelecem complementaridades diretas e indiretas com outras atividades fundamentais para a economia local (salicultura, atividades portuárias, turismo, restauração).

Em 2020 existiam 462 empresas de **pesca** no território do GAC-RA, com uma maior concentração nos concelhos da Murtosa e de Ílhavo. Do total de empresas de pesca, 46,8% correspondiam à pesca marítima, 32% à apanha de algas e de outros produtos do mar e 21,6% à pesca em águas interiores e apanha de produtos em águas interiores. Entre 2015 e 2020 houve um aumento do número de empresas de pesca marítima, apanha de algas e de outros produtos do mar e um decréscimo do número de empresas de pesca em águas interiores e apanha de produtos em águas interiores.

De acordo com o INE, em 2021, estavam associados ao porto de Aveiro 1969 pescadores (correspondendo a 49,5% dos pescadores matriculados na NUTS II Região Centro e a 13,2% dos pescadores matriculados em Portugal), dos quais 1143 são de águas marítimas e 826 de águas interiores não marítimas. O número de pescadores matriculados no porto de Aveiro tem vindo a aumentar anualmente e em todos os grupos etários, verificando-se uma maior concentração no grupo dos 35-54 anos (54,3%), seguindo-se o grupo dos 16-34 anos (29%) e, por fim, o dos 55 e mais anos (16,7%). De referir que em 2021 encontravam-se licenciadas 480 embarcações de pesca com motor no porto de Aveiro (correspondendo a 54,1% das embarcações licenciadas na Região Centro e a 12,4% das licenciadas em Portugal) e 10 embarcações de pesca licenciadas sem motor (correspondendo a 76,9% das embarcações licenciadas na Região Centro e 38,5% das licenciadas em Portugal).

Em 2021 foram capturadas 12.625 toneladas de pescado no porto de Aveiro (30,8% do volume capturado na Região Centro e 9% do capturado a nível nacional), das quais 53,4% correspondem a peixes marinhos (com destaque para o carapau [2.307 toneladas] e biqueirão [1.623 toneladas) e 43% a moluscos (com destaque para o berbigão [3.709 toneladas]). Com menor expressão surgem os crustáceos (com destaque para os caranguejos [408 toneladas]) e o pescado de águas salobra e doce (com destaque para o sável [5 toneladas].

No setor da pesca, no território destaca-se a arte xávega, uma prática ainda presente e relevante quer do ponto de vista económico como sociocultural, sendo a sua valorização prioritária na presente DLBC uma vez que se verifica necessária a criação de condições infraestruturais (receção e conservação do pescado para venda, por exemplo), o apoio direto aos agentes económicos, nomeadamente a sua capacitação e ainda a promoção e divulgação da atividade e dos produtos, potenciando cadeias curtas e a relação direta com o consumidor.

Relativamente às empresas de **aquicultura**, estas referem-se à aquicultura em águas salgadas e salobras. Em 2020 existiam 35 empresas de aquicultura no território do GAC-RA, menos duas que em 2015. Verifica-se uma maior concentração nos concelhos de Ílhavo e de Aveiro, tendo este último registado um aumento significativo face a 2015. Destacam-se as pequenas empresas de base familiar que se dedicam ao cultivo em regime semi-intensivo de robalo e dourada em antigas marinhas de sal assim como a existência de pequenos produtores de bivalves que se dedicam sobretudo à engorda de ostra destinada quase na sua totalidade à exportação (sobretudo para França) e, com menor expressão, à produção de ameijoa e mexilhão. Salienta-se esta atividade como importante potencial de reconversão e valorização da área de salinas/marinhas que se encontra desativada (Plano para Aquicultura em Águas de Transição (PAqAT).

Tabela 7. Número de empresas de pesca e aquicultura

Unidade territorial	Pesca							Aquicultura						
	Total (N.º)		Pesca marítima, apanha de algas e de outros produtos do mar (N.º)		Pesca em águas interiores e apanha de produtos em águas interiores (N.º)		Taxa de variação do n.º de empresas (2015/2020) (%)	Total (N.º)		Aquicultura em águas salgadas e salobras (N.º)		Aquicultura em águas doces (N.º)		Taxa de variação do n.º de empresas (2015/2020) (%)
	2020	2015	2020	2015	2020	2015		2020	2015	2020	2015	2020	2015	
Portugal	4 184	4 408	3 539	3 700	645	708	-5,1	458	428	438	410	20	18	7,0
Região Centro (NUTS II)	1 073	1 060	818	774	255	286	1,2	60	65	55	61	5	4	-7,7
Região de Aveiro (NUTS III)	470	445	364	303	106	142	5,6	38	42	38	42	0	0	-9,5
Aveiro	13	18	7	9	6	9	-27,8	11	7	11	7	0	0	57,1
Estarreja	13	13	12	11	1	2	0,0	0	0	0	0	0	0	0,0
Ílhavo	127	128	80	74	47	54	-0,8	20	26	20	26	0	0	-23,1
Murtosa	260	232	232	181	28	51	12,1	3	3	3	3	0	0	0,0
Ovar	18	17	16	14	2	3	5,9	1	1	1	1	0	0	0,0
Vagos	31	26	15	10	16	16	19,2	0	0	0	0	0	0	0,0

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Relativamente à **indústria de preparação e transformação do pescado**, em 2020, existiam 36 empresas no território do GAC-RA, com uma maior concentração no concelho de Ílhavo. Do total, 53% correspondiam à preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos, 42% à salga, secagem e outras atividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura e 6% à preparação de produtos da pesca e da aquicultura, nomeadamente no que diz respeito à sua conservação. Neste domínio, destaca-se a transformação de bacalhau salgado (a partir do bacalhau congelado e salgado verde).

Tabela 8. Número de empresas da indústria de preparação e transformação de pescado

Unidade territorial	Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos		Taxa de variação do n.º de empresas (2015/2020) (%)	Preparação de produtos da pesca e da aquicultura						Taxa de variação do n.º de empresas (2015/2020) (%)	Salga, secagem e outras atividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura		Taxa de variação do n.º de empresas (2015/2020) (%)
				Total		Congelação de produtos da pesca e da aquicultura		Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos					
	2020	2015		2020	2015	2020	2015	2020	2015		2020	2015	
Portugal	150	157	-4,5	56	52	21	23	35	33	7,7	38	49	-22,4
Região Centro (NUTS II)	58	71	-18,3	23	28	6	8	5	4	-17,9	24	31	-22,6
Região de Aveiro (NUTS III)	22	27	-18,5	5	7	0	0	2	1	-28,6	15	19	-21,1
Aveiro	2	2	0,0	0	0	0	0	0	0	0,0	2	2	0,0
Estarreja	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0,0
Ílhavo	14	18	-22,2	0	2	0	0	1	0	-100,0	13	16	-18,8
Murtosa	1	1	0,0	0	0	0	0	1	1	0,0	0	0	0,0
Ovar	0	1	-100,0	0	1	0	0	0	0	-100,0	0	0	0,0
Vagos	2	1	100,0	2	1	0	0	0	0	100,0	0	0	0,0

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Destacam-se ainda as seguintes atividades económicas com relevância para o território do GAC-RA:

- **Salicultura**: o salgado é uma atividade de relevo na Laguna Central, particularmente expressiva nos concelhos de Aveiro e Ílhavo. Caracteriza-se pela existência das "marinhas" e produção de sal, uma atividade secular que importa conservar e explorar. Atualmente, a produção de sal encontra-se reduzida a um pequeno número de marinhas, em grande medida devido à concorrência do sal de produção industrial com custos mais baixos de produção, aos elevados custos de manutenção das marinhas tradicionais e à falta de mão-de-obra (marnotos). Apesar da situação de progressivo declínio desta atividade, existe uma procura crescente de produtos de qualidade e artesanais como são os produzidas localmente, pelo que existe um elevado potencial a valorizar.
- **Construção e reparação naval**: atividade com importância estratégica, quer no âmbito da preservação da embarcação tradicional "Moliceiro" como nas embarcações de suporte à pesca e recreio. Existem estaleiros que se dedicam à manutenção, reabilitação e modernização de embarcações, em particular de pequeno-médio porte, para pesca costeira e náutica de turismo e recreio. Este setor tem representatividade em toda a região lagunar, com particular importância junto ao Porto de Aveiro, no município de Ílhavo. No que respeita à construção naval tradicional, com especial enfoque para o barco moliceiro, afigura-se prioritário a aposta na capacitação dos agentes para a sua preservação e valorização, garantindo que não são adulteradas técnicas e materiais de um bem que se pretende reconhecer como património cultural.
- **Gastronomia e turismo**: o território costeiro apresenta uma oferta variada e única de produtos, com destaque para o bacalhau, as enguias e os bivalves. A estes acrescem o sal, a flor de sal, as macroalgas e a salicórnia. Todos os produtos locais únicos são valorizados na gastronomia e o setor da restauração é de relevar. No

turismo, o território do GAC-RA é ímpar, pela qualidade dos recursos naturais e paisagens que sustentam o reconhecimento e procura dos segmentos balnear (valorização das aldeias piscatórias), natureza, gastronómico e náutico (seis estações náuticas reconhecidas - Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Vagos).

4. Análise SWOT

Objetivo de Política	Prioridade	Análise SWOT (para cada prioridade)	Justificação (sumária)
OP2 Uma Europa mais verde, hipocarbónica e resiliente, promovendo a transição para uma energia limpa e justa, os investimentos verde e azul, a economia circular, a mitigação e adaptação às alterações climáticas, a prevenção e gestão dos riscos e a mobilidade urbana sustentável	P3 Permitir o desenvolvimento de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias e de aquicultura	**Forças** • Forte cultura de cooperação intermunicipal e interinstitucional • Histórico de atividade do Grupo de Ação Costeira – Região de Aveiro • Extensa linha de costa, contiguidade geográfica e unidade do território de intervenção, constituído por freguesias costeiras e freguesias litorâneas das águas interiores referentes à área estuarina do Vouga. • Presença da Ria de Aveiro, uma das zonas húmidas mais importantes de Portugal Continental • Existência de um porto de mar com boas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias • Elevada riqueza e diversidade paisagística e ecológica e valor ambiental, científico, cultural, social e económico dos recursos naturais presentes no território • Crescimento populacional verificado no último período intercensitário, com uma maior concentração de população nos concelhos de Ovar, Aveiro e Ílhavo (centros urbanos estruturantes), seguindo-se os concelhos de Estarreja, Vagos Murtosa (centros urbanos complementares) • Significativo aumento de população estrangeira nos 6 concelhos que integram o território de intervenção do GAC-RA • Melhoria dos indicadores do domínio da educação e qualificações, nomeadamente no que diz respeito à diminuição da taxa de retenção e desistência no ensino básico e ao aumento da taxa de transição/conclusão no ensino básico e no ensino secundário • Existência de entidades de investigação e formação especializada no domínio do "mar", nomeadamente a Universidade de Aveiro, o Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (FOR-MAR) (polo de Ílhavo), o PCI, o CIEMar-Ílhavo – Centro de Investigação e Empreendedorismo do Mar e o ISCIA - Fundação para o Desenvolvimento da Região de Aveiro • Redução significativa da taxa de desemprego no território do GAC-RA entre 2011 e 2021 e aumento da população empregada • Decréscimo global do número de beneficiários do subsídio de desemprego e do Rendimento Social de Inserção (entre 2015 e 2021) • Aumento dos rendimentos médios por habitante e por agregado fiscal, assim como do ganho médio mensal e poder de compra per capita • Rede de respostas sociais composta por 319 respostas, com foco nas crianças e jovens (45%, 170 respostas) e nas pessoas idosas (22%, 82 respostas), com capacidade para dar resposta a novos utentes em várias valências • Importância das atividades económicas do setor da economia azul (pesca, aquicultura e atividades conexas) em termos de emprego, geração de riqueza e identidade sociocultural do território de intervenção	**Identificação dos dados estatísticos usados, resultados de grupos de reflexão ou de inquéritos** Para a elaboração da caracterização e diagnóstico do território e, consequente, análise SWOT foram utilizados: (1) dados oficiais do INE, nomeadamente: dados demográficos (população residente, população residente com 14 ou menos anos de idade, população residente com 65 ou mais anos de idade, índice de envelhecimento, índice de dependência total, índice de dependência de idosos, índice de dependência de jovens e número de pessoas estrangeiras que solicitaram estatuto de residência); dados relativos à educação e qualificação dos recursos humanos (população residente com mais de 15 anos por nível de escolaridade mais elevado completo, taxa de analfabetismo, taxa de retenção e desistência no ensino básico, taxa de transição/conclusão no ensino básico e taxa de transição/conclusão no ensino secundário); dados relativos ao emprego e rendimentos (taxa de desemprego, população empregada, número de beneficiários e valor médio

Objetivo de Política	Prioridade	Análise SWOT (para cada prioridade)	Justificação (sumária)
		• Importante fileira económica, diversificada em termos horizontais (pesca de largo, pesca costeira, pesca profissional local, aquicultura) e verticais (indústria de preparação e transformação, armazenamento, transporte e distribuição, comercialização, serviço de apoio a empresas), que por sua vez estabelece complementaridades diretas e indiretas com outras atividades fundamentais para a economia local (salicultura, atividades portuárias, turismo, restauração). • Aumento do número de empresas de pesca marítima, apanha de algas e de outros produtos do mar (entre 2015 e 2020) • Representatividade do número de pescadores na Região Centro e em Portugal assim como ao nível do número de embarcações de pesca licenciadas com motor e sem motor • Marisqueio: exploração de moluscos bivalves na Ria de Aveiro enquanto atividade de grande relevância social, económica e cultural do território • Elementos com forte identidade territorial: arte xávega, barco moliceiro, construção naval tradicional, aldeias piscatórias, salicultura, tradição marítima associada à pesca do bacalhau • Riqueza gastronómica sustentada em produtos endógenos do mar e águas interiores - destaque para o bacalhau, as enguias e os bivalves assim como o sal, a flor de sal, as macroalgas e a salicórnia • Relevância da atividade turística, englobando diversos segmentos turísticos - balnear, natureza, gastronómico, náutico • Existência de seis estações náuticas reconhecidas - Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Vagos	anual das prestações sociais da Segurança Social, ganho médio mensal e disparidade do ganho médio mensal entre sexos, rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo, rendimento bruto declarado por agregado fiscal, poder de compra per capita); dados relativos às atividades económicas relacionadas com a economia azul (número de empresas de pesca e de aquicultura, capturas nominais de pescado, pescadores matriculados em 31 de dezembro em portos nacionais, embarcações de pesca licenciadas com motor, embarcações de pesca licenciadas sem motor, número de empresas da indústria de preparação e transformação de pescado). (2) dados da carta social (www.cartasocial.pt) para a caracterização das respostas sociais existentes no território do GAC-RA em termos de capacidade, número de utentes e taxa de utilização. (3) contributos recolhidos através de inquérito, com a identificação de pontos fortes (o que identifica como positivo e que deve ser alvo de uma aposta continuada para que o contexto favorável se mantenha) e das principais fragilidades (o que identifica como negativo e que
		Fraquezas • Erosão costeira e consequente recuo da linha de costa, com impacto nas atividades económicas e comunidades locais • Crescente índice de envelhecimento, verificado através da diminuição da população com menos de 14 anos e do aumento da população com mais de 65 anos e com impacto no aumento global do número de beneficiários de pensões • Aumento do índice de dependência total e do índice de dependência de idosos • Desemprego feminino - Taxa de desemprego referente ao sexo feminino superior à do sexo masculino • Indisponibilidade de mão-de-obra nas várias atividades do setor da economia azul e em geral • Baixo nível de qualificações dos recursos humanos das profissões marítimas • Existência de respostas sociais com utilização igual ou superior a 100% (atividades socioeducativas; crianças e jovens com deficiência – intervenção precoce; serviço de atendimento e acompanhamento social; lar residencial (deficiência); residência de autonomização e inclusão; unidade de longa duração e manutenção; unidade de média duração e reabilitação; pessoas toxicodependentes - equipa de intervenção direta) • Valores das prestações sociais abaixo do fixado como sendo o limiar de risco de pobreza (6 653€ em 2020) • Decréscimo do número de empresas de pesca em águas interiores e apanha de produtos em águas interiores (entre 2015 e 2020)	

Objetivo de Política	Prioridade	Análise SWOT (para cada prioridade)	Justificação (sumária)
		• Ligeira diminuição do número de empresas de aquicultura, nomeadamente as de aquicultura em águas salgadas e salobras • Diminuição do número de empresas relacionadas com a indústria de preparação e transformação do pescado • Progressivo abandono da atividade relacionada com o salgado/salicultura • Falta de regulação da atividade de marisqueio e valorização do recurso • Equipamentos e infraestruturas com necessidade de reabilitação e manutenção • Falta de reconhecimento e valorização de tradições e património material e imaterial (exemplo: barco moliceiro), associado parcialmente ao frágil sentimento de pertença e de capacitação/sensibilização para o valor dos mesmos • Falta de valorização e reconhecimento social das profissões marítimas • Lacunas no domínio das infraestruturas e atividades ligadas à arte xávega e à sua sustentabilidade	deve ser alvo de uma aposta continuada para que possa ser resolvido). (4) contributos recolhidos através de entrevista às entidades que compõem a parceria, nomeadamente: Município da Murtosa, Município de Vagos, Município de Ovar, Município de Ílhavo, Associação de Armadores da Pesca Industrial, Associação de Pesca Artesanal da Região de Aveiro, Associação Portuguesa de Aquicultores, Vianapesca, OP – Cooperativa de Produtores de Peixe de Viana do Castelo, CRL, Associação de Surf de Aveiro, Santa Casa da Misericórdia de Vagos, Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, FOR-MAR, Fedrave - Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro, Associação dos Industriais do Bacalhau, David Casqueira Ramos (Empresário em nome individual – Mariscador) e a AIDA - Câmara do Comércio e Indústria Distrito Aveiro.
		Oportunidades • Evolução e crescimento de setores inovadores como a energia marítima renovável, a bioeconomia azul, a biotecnologia e a dessalinização • Disponibilização de apoios comunitários para apoiar as frotas de pesca na adoção de motores e técnicas mais sustentáveis • Valorização da UE sobre o papel dos pescadores enquanto "guardiões do mar" através da prestação de apoios financeiros aos pescadores para que recuperem e recolham lixo e artes de pesca perdidas • Conservação e proteção da biodiversidade marinha • Valorização da produção alimentar responsável através da utilização dos recursos marinhos de forma eficaz e da escolha de fontes alternativas de alimentos para consumo humano e animal (aquicultura, novos alimentos à base de algas) • Aposta na investigação e inovação marinhas e marítimas e na adoção de tecnologias inovadoras com vista ao desenvolvimento de uma economia azul sustentável • Empreendedorismo e da inovação: Políticas públicas orientadas para aumento da qualificação e competências dos recursos humanos e para o apoio às empresas, através da valorização crescente do empreendedorismo, da inovação e das redes de cooperação • Desenvolvimento do ecoturismo marinho e costeiro tendo em vista a valorização do património marítimo e a diversificação da oferta • Descentralização de competências nos municípios: Novas áreas de competências para os municípios poderão gerar novas oportunidades de desenvolvimento local • Recuperação económica gradual: Projeções de uma recuperação lenta, mas gradual, da atividade económica portuguesa para os próximos anos, apesar do atual contexto (COVID -19 e guerra na Ucrânia)	

Objetivo de Política	Prioridade	Análise SWOT (para cada prioridade)	Justificação (sumária)
		Ameaças • Efeitos devastadores das alterações climáticas e das emissões de gases com efeito de estufa nos oceanos e costa • Risco de degradação dos sistemas dunares: provocado pela pressão urbanística sobre as zonas costeiras • Proteção ambiental do território e possível conflito com a atividade turística e atividade das pescas • Declínio das atividades do setor da economia azul: com a consequente geração de desemprego e agravamento de problemas sociais • Perceção pública e desvalorização das profissões relacionadas com os setores da economia azul • Desfasamento entre os apoios comunitários e as necessidades específicas do território, nomeadamente ao nível das mudanças estruturais na abordagem DLBC e na fundamental lógica multifundo que poderia permitir uma abordagem integrada aos reais desafios de desenvolvimento do território • Descentralização de competências nos municípios: escassez de recursos para a implementação das necessárias mudanças estruturais e da adequada gestão das competências descentralizadas • Cenário de instabilidade mundial: aprofundamento das problemáticas de coesão social, em consequência do ambiente de recessão em que se encontra a economia nacional e mundial, exacerbado pela pandemia por COVID 19 e pela Guerra na Ucrânia	
		Identificação das necessidades com base na análise SWOT • Reforço da competitividade das atividades económicas relacionadas com a economia azul, quer por via da inovação e transferência de conhecimento como por via da modernização, qualificação das atividades e dos espaços de suporte e capacitação dos agentes locais • Valorização dos recursos endógenos, do património cultural e natural associado ao Mar e à Ria • Conservação e restauro da biodiversidade e proteção dos ecossistemas marinhos e lagunares • Preservação e valorização da construção naval tradicional e das diversas profissões relacionadas com a Ria e o Mar • Proteção e valorização de práticas tradicionais, com destaque para a arte xávega, quer do ponto de vista económico como sociocultural, através do apoio direto aos agentes económicos, da promoção e capacitação de novos agentes (formação) e da criação e melhoria de infraestruturas de suporte, como por exemplo os espaços de primeira venda/venda na praia que permitam o reforço das cadeias curtas e da relação direta com o consumidor • Valorização da rede de aldeias piscatórias, espaços urbanos com traços arquitetónicos e urbanísticos únicos que traduzem a cultura das comunidades locais, a sua identidade cultural e social e são uma âncora para o reforço do sentimento de pertença dos residentes e para a criação de um produto turístico único e diferenciador • Reforço do desenvolvimento sustentável do turismo e da economia do território de intervenção do GAC-RA, nomeadamente na dimensão da eficiência energética e descarbonização	

Objetivo de Política	Prioridade	Análise SWOT (para cada prioridade)	Justificação (sumária)
		• Reforço das relações de cooperação interinstitucionais tendo em vista a implementação de uma estratégia de atuação em rede que alavanque o reconhecimento nacional e internacional da Região de Aveiro como polo especializado na náutica de recreio e desportiva • Intensificação da cooperação ao nível da investigação, desenvolvimento tecnológico e transferência de conhecimento para o tecido empresarial, da capacitação/formação dos profissionais do setor e a promoção da literacia em matérias ambientais (público escolar, comunidade em geral e agentes económicos)	

5. Estratégia de desenvolvimento local

Tendo por base o diagnóstico desenvolvido e o refinamento da análise das estratégias e políticas públicas que se revelam estruturais no horizonte 2030 e que condicionam a capacidade de resposta aos desafios locais (nomeadamente a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2023, a Estratégia para a Região Centro 2030 (NUT II) e a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3)), apresenta-se a estratégia de desenvolvimento local para o território de intervenção do GAC-RA a concretizar no horizonte 2030. Deste modo, a presente estratégia visa dar resposta a cada uma das necessidades e potencialidades identificadas na análise SWOT, encontrando-se estruturada nas seguintes dimensões:

Visão: corresponde ao cenário esperado com a implementação da estratégia, tendo por base um conjunto de desafios, alicerçados nas características do território e nas prioridades/objetivos de desenvolvimento para a próxima década.

Eixos e objetivos estratégicos: correspondem aos eixos de atuação, ou seja, focos de operacionalização do cenário e domínios estratégicos, aos quais está associado um conjunto alargado de objetivos a alcançar no horizonte 2030.

Visão

Assumindo uma lógica de continuidade com a anterior estratégia DLBC, permanecem como desafios prioritários para a Região de Aveiro: (i) promover um contexto de suporte à inovação e ao empreendedorismo, capitalizando o conhecimento produzido pelo SCT; (ii) proteger e valorizar os recursos naturais da Região; (iii) reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva; (iv) apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora e (v) qualificar a governação e a prestação de serviços públicos. Acresce o desafio de (vi) fomentar o desenvolvimento de uma economia azul sustentável, tendo por base a redução da pegada carbónica das atividades ligadas à pesca, à aquicultura e ao turismo, nomeadamente pela promoção da economia circular e prevenção de resíduos, conservação e proteção da biodiversidade e utilização responsável dos recursos marinhos, requisitos chave para a adaptação do território às alterações climáticas e o aumento da resiliência da zona costeira e ecossistemas associados, com especial relevo para a Ria.

Perspetiva-se, pois, que em 2030 o território de intervenção do GAC da Região de Aveiro se distinga pela preservação e valorização dos recursos do Mar e da Ria e das atividades económicas a eles associadas (pescas, aquicultura e turismo), **criando um contexto propício ao desenvolvimento económico e à coesão socio territorial das áreas costeiras e lagunar**.

Propõe-se uma visão única que norteie a EDL, sendo expectável que seja alcançada de forma progressiva, tendo em consideração o trabalho conjunto da parceria, as oportunidades decorrentes dos apoios disponíveis e a mobilização da comunidade local.

VISÃO 2030 | REGIÃO DE AVEIRO, UM TERRITÓRIO QUE APOSTA NUMA ECONOMIA AZUL SUSTENTÁVEL E COMPETITIVA, ANCORADA NA PROTEÇÃO DOS RECURSOS E NA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E IDENTIDADE LOCAL LIGADA AO MAR E À RIA.

Eixos, objetivos estratégicos e linhas de ação

Os Eixos Estratégicos (EE), complementares entre si, detalham a visão proposta para o território do GAC-RA focada numa economia azul sustentável. Tendo como referência a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2023, a Estratégia Regional (NUT II) e a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3), pretende-se (i) promover uma maior competitividade da economia azul, nomeadamente da pesca, da aquicultura e das atividades económicas ligadas ao Mar e à Ria, (ii) valorizar a identidade cultural e dos

recursos patrimoniais, naturais e paisagísticos do mar e da Rua e (iii) intensificar redes de cooperação orientadas para a sensibilização e capacitação da comunidade e tecido empresarial no domínio ambiental e da inovação para a sustentabilidade.

EE1. REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA AZUL (PESCA, AQUICULTURA E ATIVIDADES CONEXAS)

O território de intervenção do GAC-RA possui um elevado potencial de especialização, competitividade e inovação associado a atividades económicas (existentes e potenciais) que poderão ter impacto na criação de emprego e de empresas associadas ao Mar e à Ria, nomeadamente: pesca; aquicultura; salicultura; transformação de pescado; comercialização e marketing de pescado, sal e produtos complementares; construção e reparação naval; logística; turismo e desportos náuticos.

O EE1 foca-se no reforço do investimento produtivo, ou seja, na valorização das atividades económicas relacionadas com o Mar e com a Ria contribuindo para o desenvolvimento de uma economia azul sustentável na Região de Aveiro, quer por via da inovação e transferência de conhecimento como por via da modernização e qualificação das atividades e dos espaços de suporte, assumindo os seguintes **objetivos estratégicos**:

- **OE1.1.** Promover um ecossistema empreendedor de suporte à criação de empresas e emprego nas atividades económicas relacionadas com o Mar e Ria.
- **OE1.2.** Apostar na criação e qualificação de "carreiras azuis", tendo em vista a atratividade das mesmas, a capacitação dos profissionais (ao nível das competências técnicas, empresariais e nos domínios da sustentabilidade, economia circular e digitalização) e a valorização destas profissões por parte da comunidade em geral.
- **OE1.3.** Promover a melhoria das infraestruturas de suporte às atividades económicas do Mar e da Ria, o acesso à digitalização e o apoio ao nível da transformação, distribuição e comercialização dos produtos.
- **OE1.4.** Apoiar a modernização das atividades económicas, nomeadamente em termos de descarbonização, economia circular e eficiência energia.

EE2. VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL E DOS RECURSOS PATRIMONIAIS, NATURAIS E PAISAGÍSTICOS

Os múltiplos recursos presentes no território de intervenção do GAC-RA, fortemente humanizados, representam um grande valor ambiental, científico, cultural, social e económico, sendo particularmente exigente a manutenção do equilíbrio homem/natureza com a necessária proteção e adequada gestão ambiental e das atividades económicas ligadas à valorização dos recursos naturais.

O Mar e a Ria correspondem às principais marcas identitárias do território e fonte de recursos para a economia local. Da ligação centenária do Homem com este ecossistema, muitas foram as atividades criadas para valorizar recursos locais, assumindo especial destaque a arte xávega e a construção de embarcações tradicionais, sendo também de relevar o modelo urbano que sustenta esta relação de proximidade com o Mar e a Ria, consubstanciado por uma rede de aldeias e comunidades piscatórias que se afirmam como elementos identitários e diferenciadores a valorizar.

Preservar o existente e apostar em abordagens inovadoras que potenciem os recursos e a sua valorização é o foco do presente eixo estratégico que assume como estruturantes as atividades e identidade cultural e os recursos patrimoniais, naturais e paisagísticos associados ao Mar e à Ria, integrando os seguintes **objetivos estratégicos**:

- **OE2.1.** Apostar na preservação da construção naval tradicional e na valorização da arte xávega enquanto valores identitários e diferenciadores do território
- **OE2.2.** Valorizar as aldeias piscatórias como elementos estruturantes das comunidades locais, da sua identidade cultural e social e de um produto turístico diferenciador
- **OE2.3.** Potenciar e estruturar a oferta em termos de turismo náutico e de organização de eventos desportivos náuticos a nível nacional e internacional.
- **OE2.4.** Valorizar os recursos endógenos, o património cultural e natural associado ao Mar e à Ria e promover a conservação e o restauro da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas marinhos.

EE3. INTENSIFICAÇÃO DAS REDES DE COOPERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO NO DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A cooperação entre os vários agentes da economia azul (públicos e privados) é crucial para o desenvolvimento e competitividade das atividades económicas associadas ao Mar e à Ria. Uma dimensão chave desta cooperação está associada à resiliência das atividades e à necessária e urgente atenuação do seu impacto ambiental e redução da pegada carbónica, em que se integram questões como a energia e os resíduos das atividades económicas ligadas ao mar e à Ria.

A dimensão ambiental é, mais do que nunca, prioritária, sendo urgente a sensibilização e o incentivo a práticas mais sustentáveis e que não ponham em causa os recursos que são a base da economia local. Neste contexto importa atuar de forma assertiva junto da comunidade e, mais intensamente, junto dos agentes económicos no sentido de acautelar, a curto prazo, a existência de atividades mais sustentáveis e hipocarbónicas (energia, resíduos, materiais, etc.).

Afirma-se a importância da intensificação da cooperação ao nível da investigação, desenvolvimento tecnológico e transferência de conhecimento para o tecido empresarial, da capacitação/formação dos profissionais do setor e a promoção da literacia em matérias ambientais (público escolar, comunidade em geral e agentes económicos). Deste modo, o presente eixo estratégico assume os seguintes **objetivos estratégicos**:

- **OE3.1.** Apostar na investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação e transferência de conhecimento para o setor tendo em vista o desenvolvimento de novos produtos relacionados com o Mar e a Ria, a gestão sustentável dos recursos, a diminuição da poluição e do lixo marinho, e a resiliência das zonas costeiras e lagunares face à atividade humana e às alterações climáticas.
- **OE3.2.** Promover a capacitação do tecido empresarial ligado à economia azul tendo em vista a diminuição da poluição e do lixo marinho, a redução da sua pegada carbónica e o combate às alterações climáticas.
- **OE3.3.** Promover a literacia azul através da sensibilização e envolvimento do público escolar e da comunidade em ações de educação ambiental.

Face ao exposto, a **estratégia de desenvolvimento local para o território de intervenção do GAC-RA** encontra-se alinhada com a Estratégia Nacional para o Mar (ENM)2021-2023, a Estratégia para a Região Centro 2030 (NUTS II) e a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3), contribuindo para os seus objetivos:

A ENM 2021-2023 define 10 objetivos estratégicos (OE) para a década: OE1. Combater as alterações climáticas e a poluição e proteger e restaurar os ecossistemas; OE2. Fomentar o emprego e a economia azul circular e sustentável; OE3. Descarbonizar a economia e promover as energias renováveis e autonomia energética; OE4. Apostar na garantia da sustentabilidade e na segurança alimentar; OE5. Facilitar o acesso a água potável; OE6. Promover a saúde e o bem-estar; OE7. Estimular o conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e inovação azul; OE8. Incrementar a educação, a formação, a cultura e a literacia do oceano; OE9. Incentivar a reindustrialização e a capacidade produtiva e digitalizar o oceano; OE10. Garantir a segurança, soberania, cooperação e governação. Neste contexto, a estratégia definida para o território do GAC-RA alinha-se com o exposto, integrando como prioridade a adaptação e mitigação das alterações climáticas, a sobre-exploração dos recursos naturais, o declínio da biodiversidade, a saúde humana e dos ecossistemas, assim como a valorização do conhecimento e do património cultural e identitário do território, contribuindo para os objetivos definidos à escala nacional.

À escala regional, os desafios identificados encontram-se vertidos em 8 prioridades estratégicas (PE) numa visão integrada para o horizonte 2030: PE1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação; PE2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral; PE3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional; PE4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região; PE5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização; PE6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais; PE7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e da população em geral; PE8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional. Neste contexto, a estratégia proposta para o território do GAC-RA alinha-se com o exposto, assumindo a inovação, a internacionalização, a digitalização, a emergência climática, a descarbonização, o sistema urbano costeiro (aldeias piscatórias), o capital humano e as qualificações como domínios estruturantes de atuação, contribuindo para os objetivos definidos à escala regional.
A Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS3) visa o desenvolvimento social, ambiental e económico do território, através da escolha de prioridades de investigação e inovação capazes de induzir a transformação necessária para os três desafios identificados (transição social, transição digital, transição verde). As Plataformas de Inovação traduzem o modo como se pretende transformar a Região: Valorizar recursos endógenos naturais; Desenvolver soluções industriais sustentáveis; Mobilizar tecnologias para a qualidade de vida; Promover inovação territorial. Destaca-se o forte alinhamento da presente estratégia com a Plataforma "Valorizar recursos endógenos naturais" onde se incluem como temas fundamentais a água, o mar e as pescas e com a Plataforma "Promover Inovação territorial" no que respeita ao desenvolvimento de projetos de inovação ancorados no território, de projetos de inovação que visem a transição verde e/ou digital dos territórios, a promoção de iniciativas de inovação social e o desenvolvimento de propostas inovadoras de valorização dos recursos ambientais e culturais e do potencial criativo do território. Os domínios diferenciadores são áreas que distinguem a Região nas quais existe capacidade produtiva instalada e/ou capacidade de produção de conhecimento científico e tecnológico, e que correspondem: Recursos naturais e Bioeconomia (Água, Floresta, Agroalimentar); Materiais, Tooling e Tecnologias de produção; Tecnologias digitais e Espaço; Energia e Clima; Saúde e Bem-estar; e Cultura, Criatividade e Turismo. Destaca-se o alinhamento da presente estratégia com o domínio "Recursos naturais e Bioeconomia" – subdomínio água que visa contribuir para o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços que promovam a valorização social, ambiental e económica da água e dos seus recursos (sendo aqui especialmente relevantes o mar e os recursos marinhos), através da aplicação de conceitos de bioeconomia e de economia circular. Evidencia-se como uma das áreas de intervenção relevantes deste domínio a pesca e a aquacultura sustentáveis.

6. Principais Intervenções do FEAMPA

Transversal aos 3 eixos estratégicos, a estratégia DLBC para 2030 integra **3 projetos âncora (pa)** que apresentam um contributo significativo para a criação de novas empresas e para a criação e manutenção de postos de trabalho assim como para atrair novos projetos que concorram para a sua concretização:

pa 1. **Promoção e internacionalização da Rede de Estações Náuticas da Ria de Aveiro**: a Região de Aveiro possui seis estações náuticas reconhecidas (Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Vagos). Este pa assenta no reforço das relações de cooperação interinstitucionais tendo em vista a implementação de uma estratégia de atuação em rede que alavanque o reconhecimento nacional e internacional da Região de Aveiro como polo especializado na náutica de recreio e desportiva. A componente desportiva foca-se no aumento da capacidade de acolhimento de eventos desportivos náuticos a nível nacional e internacional (organização de campeonatos entre outro tipo de eventos desportivos que envolvam o Mar e a Ria de Aveiro). Ainda de relevar a importante componente de envolvimento da comunidade, nomeadamente através de ações de sensibilização para a importância estratégica do mar e da ria e para as atividades económicas, sociais e desportivas que deles dependem e que importa preservar e dinamizar.

pa 2. **Preservação e valorização da construção naval tradicional e das profissões ligadas à Ria e ao Mar**: a exploração sustentável dos recursos marinhos e lagunares é ancestral e tem na sua base a capacidade das comunidades locais de criarem os instrumentos adequados para tal. Neste universo integra-se a construção naval tradicional, uma atividade fulcral e um dos principais valores identitários e diferenciadores da Região de Aveiro que importa manter ativo.
Para fazer face às necessidades atuais e garantir que não são adulteradas as características que tornam a construção naval local única e distintiva, é fundamental reforçar o conhecimento sobre materiais, métodos e práticas de construção naval das embarcações tradicionais (moliceiros por exemplo) e promover a continuidade desta atividade por via do reforço da formação especializada e de espaços para o efeito.
Complementarmente é relevante que se crie uma campanha de promoção das profissões ligadas ao mar e à ria, nomeadamente no setor da construção e reparação naval, mas também de um conjunto alargado de profissões que importa dar a conhecer à comunidade, com foco nos mais jovens. Neste pa não é negligenciada a Arte xávega, prática identitária que importa preservar.

pa 3. **Campanha "Ria de Aveiro":** Dando continuidade e inovando nas abordagens anteriormente concretizadas para a promoção de produtos da pesca, aquicultura e salgado da Ria e da zona costeira, bem como das comunidades locais e serviços turísticos, culturais e de lazer, incluindo atividades artesanais, este pa implementará uma campanha coletiva que servirá todos os atores e o território. Integradas neste pa preveem-se ações relacionadas com a criação de uma "marca"/selo de reconhecimento que poderá ser utilizado pelos agentes económicos (empresas e empresários em nome individual do ramo da pesca, aquicultura, turismo, artesanato, construção naval, etc.), territórios e comunidades (aldeias piscatórias, equipamentos de suporte à pesca, comercialização de produtos, entre outros, eventos (náutica, desportos e recreio, mostras de produtos, etc.) e atividades (exemplo: Arte Xávega) que potenciem e promovam a economia azul (no seu sentido abrangente e multissetorial) da Região de Aveiro. Neste sentido o presente pa promove um referencial "ria de Aveiro" que promoverá e divulgará e uma dinamização proativa do território e dos seus agentes, potenciando lógicas de inovação, comercialização e cooperação tendo como objetivo o desenvolvimento integrado da Região de Aveiro.

Para além dos projetos âncora, o plano de ação integra ainda um conjunto de **operações** (considerando as apresentadas no PO MAR2030 como ações possíveis na execução das EDL). Identificam-se como potenciais destinatários das operações (incluem os projetos âncora):

- Empresas e respetivos recursos humanos
- Entidades do SCTN
- Associações
- Administração pública (local ou outras)
- População em idade escolar

- Comunidade em geral

A apresentação das operações integra a identificação da sua tipologia (de acordo com o PO), relevando-se que a sua concretização terá um impacto transversal aos três eixos estratégicos, ainda que com níveis de correlação/intensidade distintos.

Na tabela seguinte é apresentada a proposta de operações que consubstanciam a Estratégia DLBC com a identificação da correlação com os EE (● forte; ⊙ médio; O residual):

Tipo de operação	Exemplos	EE1	EE2	EE3
01. Investimento na redução do consumo de energia e na eficiência energética	• Investimentos no reforço da eficiência energética e da incorporação de renováveis no consumo, em infraestruturas e em equipamentos de suporte às atividades económicas (ex. embarcações, conservação de pescado, tanques aquicultura, etc.) ligadas à economia azul, tendo em vista a descarbonização e a redução da fatura e dependência energética.	●	O	●
02. Investimento em sistemas de energias renováveis		●	O	●
05. Investimento em infraestruturas físicas em portos de pesca existentes ou em locais de desembarque novos ou existente	• Criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca, aquicultura, e atividades náuticas	●	●	O
07. Investimento para melhorar a rastreabilidade	• Apoio à implementação de sistemas de rastreio produtos do mar e da ria, em especial que entrem no circuito alimentar, aumentando a confiança dos consumidores e a procura (etiquetagem digital, sistema integrado de gestão de dados entre o produtor, autoridades- lota e consumidor, etc.)	●	O	O
09. Atividades de comercialização	• Promoção dos circuitos curtos de distribuição e comercialização	●	⊙	O
12. Outras operações de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação	• Diversificação da economia local e/ou desenvolvimento de novos setores da economia azul, capitalizando os vários usos costeiros possíveis para além do turismo	●	O	⊙
14. Formação para melhorar as competências e desenvolver o capital humano	• Sensibilização e formação sobre processos de produção e gestão ambientalmente sustentáveis, técnicas inovadoras e tecnologias, fazendo uso de soluções digitais	●	O	●
	• Ações suscetíveis de contribuir para a criação de carreiras azuis e melhoria da perceção pública acerca das mesmas	●	O	●
15. Eventos	• Ações de promoção e divulgação das atividades e produtos do mar e da ria de Aveiro	●	●	●
16. Sensibilização, comunicação ao público em geral	• Ações de capacitação e sensibilização em matérias como o impacto das atividades humanas no ambiente, poluição e lixo marinho, abordagens ecossistémicas e desafios associados às alterações climáticas	●	⊙	●
17. Reforço das capacidades	• Capacitação de atores, incluindo jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao meio aquático	●	⊙	●
	• Estímulo ao empreendedorismo e melhoria das competências e da capacidade de adaptação aos contextos de produção, designadamente no âmbito da gestão financeira empresarial	●	O	O
18. Desenvolvimento da inovação comercial	• Novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação	●	O	●
19. Desenvolvimento da inovação de processos	• Novas metodologias de produção ou de organização de entidades, que exercem, ou pretendem exercer, a sua atividade em espaço marítimo	●	O	●
20. Desenvolvimento da inovação do produto	• Desenvolvimento de novos produtos	●	O	●
	• Melhoria da qualidade dos produtos e promoção da utilização de recursos endógenos relacionados com o meio aquático, incluindo estudos de mercado e a sensibilização para os benefícios do consumo de produtos sustentáveis	●	O	●
21. Estudos e investigação	• Investigação que considere as diferentes possibilidades económicas no meio marinho subjacente à comunidade costeira, a sua reabilitação e mitigação dos impactos da ação humana	●	●	●
22. Partilha de conhecimentos	• Desenvolvimento de sistemas de gestão e partilha de informação focados na transferência de conhecimento/tecnologia para o tecido económico ligado à economia azul	●	●	●

23. Cooperação	• Definição e implementação de ações de cooperação territorial	⊙	⊙	●
24. Restabelecimento da continuidade ecológica dos rios	• Recuperação de ecossistemas ribeirinhos degradados ou sujeitos a impactes severos • Prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras nos rios e ria • Adaptação às alterações climáticas em áreas relevantes para a biodiversidade e que estejam em risco • Refuncionalização de águas de transição	●	⊙	⊙
25. Repovoamento de espécies aquáticas	• Refuncionalização de águas de transição – aquicultura • Produção de espécies para repovoamento e equilíbrio de ecossistemas	●	○	○
26. Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho	• Iniciativas locais suscetíveis de contribuir para prevenir ou reduzir o lixo de plástico no mar, o escoamento de nutrientes para o mar, bem como a utilização dos pesticidas químicos e riscos associados	●	●	●
28. Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade	• Iniciativas de conservação da biodiversidade, como sejam o restauro dos sistemas de vegetação costeira, como as terras banhadas pela maré, os mangais e as pradarias de ervas marinhas – que acumulam «carbono azul» no material vegetal, solos e sedimentos – e capitalização de oportunidades económicas daí decorrentes	●	●	●
	• Desenvolvimento de infraestruturas outras verdes que ajudem a preservar a biodiversidade, os ecossistemas costeiros e as paisagens, reforçando o desenvolvimento sustentável do turismo e da economia das regiões costeiras	●	●	●
	• Recolha de dados relativos aos oceanos e seus ecossistemas, suscetíveis de contribuir para uma transformação duradoura da economia azul e para a tomada de decisões informada	●	○	●
36. Utilização das capturas indesejadas	• Criação de sistemas de recolha e valorização – economia circular • Investimento em projetos inovadores de caráter individual ou cooperativo	●	○	○
39. Gestão e monitorização de zonas marinhas protegidas (operações teóricas)	• Criação e implementação de metodologias de gestão e monitorização regular • Elaboração de planos de gestão • Soluções de recolha de dados biológicos e proposta de medidas de ajustamento do esforço de pesca/aquicultura e de proteção e restauro da biodiversidade	●	○	●
40. Investimentos na recuperação de zonas marinhas protegidas	• Investimentos na proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas • Medidas de ajustamento do esforço de pesca/aquicultura e de proteção e restauro da biodiversidade • Formação para a recolha de dados relativa a espécies determinantes nas zmp • Implementação de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas em zmp • Construção, instalação ou modernização de dispositivos fixos ou móveis destinados a proteger e restaurar as zmp, incluindo o desenvolvimento tecnológico inerente	●	○	●
41. Redução e prevenção da poluição/contaminação	• Iniciativas de recolha de lixo marinho e ou de remoção de artes de pesca perdidas, incluindo nas áreas portuárias • Criação de sistemas de recolha seletiva, canais de reciclagem e de iniciativas que promovam a economia circular nos setores de atividade da economia azul (pesca, atividades lúdicas, aquicultura, etc.) • Apoio à pesca e aquicultura sustentável e eco navegação	●	●	●
47. Investimento em sistemas informáticos — equipamento informático	• Digitalização das empresas da economia do mar quer no âmbito da melhoria da gestão administrativa, sistema produtivo – rastreabilidade, marketing e comercialização	●	●	●

48. Investimento em sistemas informáticos — suporte lógico	• Investimentos produtivos relacionados com a digitalização	●	●	●
49. Desenvolvimento e manutenção de sistemas informáticos	• Equipamento e sistemas de suporte à atividade do GAC e da sua ET	●	●	●
52. Investimento no bem-estar dos animais	• Ações profiláticas, de controlo e erradicação de doenças • Melhoria do bem-estar animal ou novos métodos de produção sustentáveis • Apoio à promoção da saúde e o bem-estar dos animais, incluindo a aquisição de equipamentos destinados a proteger as espécies e as explorações (aquicultura) contra os predadores.	●	○	○
53. Qualidade dos alimentos e segurança e higiene	• Infraestruturas e equipamentos de conservação do pescado na 1ª venda • Sistemas HACCP	●	○	○
54. Investimentos em equipamento de segurança	• Sistemas de vigilância • Investimento em equipamento de segurança por parte das empresas da economia azul (embarcações e sistemas salva vidas, PFD, combate a incêndios, etc.)	●	○	○
55. Investimentos nas condições de trabalho	• Investimento na melhoria das infraestruturas (renovação, modernização, etc.) • Investimento na capacitação e formação • Apoio à modernização de unidades de produção aquícola ou estabelecimentos conexos, incluindo a melhoria das condições de trabalho e de segurança dos trabalhadores e a construção e modernização de embarcações de apoio à atividade	●	○	○
56. Projetos-piloto	• Projetos piloto e transferência de experiência e conhecimento	●	●	●
	• Iniciativas focalizadas na utilização dos recursos marinhos de forma mais eficaz e na escolha de fontes alternativas de alimentos para consumo humano e animal	●	●	●
57. Desenvolvimento sociocultural	• Projetos de dinamização dos territórios com financiamento a projetos de inclusão social, ambiental, inovação, desenvolvimento económico e digitalização	○	●	●
58. Governação	• Investimento em metodologias e modelos inovadores de mobilização e coordenação institucional	●	●	●
64. Outra (social)	• Realização de ações em património edificado, natural e simbólico, associado ao espaço marítimo, tendo em vista a fruição pela comunidade piscatória ou a sua mostra e fruição ao público em geral	⊙	●	○
65. Outra (ambiental)	• Economia circular na economia do mar – circuitos de valorização de sobrantes e produtos • Certificação ambiental de atividades da economia do mar	●	●	●
66. Outra (económica)	• Criação de ou apoio a micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar, com especial incidência em atividades económicas sustentáveis	●	○	○
	• **Projeto âncora** | Preservação e valorização da construção naval tradicional e das profissões ligadas à Ria e ao Mar	●	●	●
	• **Projeto âncora** | Promoção e internacionalização da Rede de Estações Náuticas da Região de Aveiro	●	●	●
	• **Projeto âncora** | Campanha "Ria de Aveiro"	●	●	●

A informação encontra-se alinhada com o Quadro B1 do ficheiro Excel.

7. Indicadores

Indicadores de Realização Comuns

Indicador	Unidade de Medida	Objetivo (2024)	Meta (2029)
Operações	*Nº*	9	31

Indicadores de Resultado Comuns

ID	Indicador	Unidade de Medida	Meta (2029)	Origem dos dados	Comentários
CI 03	*Empresas Criadas*	*Nº*	1	Histórico de execução de anterior EDL	Atendendo ao contexto conjuntural do período de execução, aliás visível no indicador estabelecido à escala nacional (24), prevê-se que o investimento apoie a estabilização e crescimento do tecido económico existente e a criação de pelo menos 1 nova empresa.
CI 06	*Postos de Trabalho Criados*	*Nº de pessoas*	1	Histórico de execução de anterior EDL	Atendendo ao contexto conjuntural do período de execução, e **não estando inclusive este indicador contemplado no PO Mar 2030**, prevê-se que o investimento apoie a estabilização e crescimento do tecido económico existente, com forte enfoque na manutenção de postos de trabalho. Contudo, perspetiva-se que possam ser alavancadas dinâmicas que criem 1 posto de trabalho correspondente ao RH afeto à empresa a criar.
CI 07	*Postos de trabalho mantidos*	*Nº de pessoas*	31	PO MAR	Tendo por base o número de operações que se pretende apoiar (indicador de realização) que por sua vez considera a meta nacional (PO MAR – 500 operações em 2029) e o contributo potencial do GAC-RA, prevê-se que o investimento apoie a manutenção de pelo menos 31 postos de trabalho.

8. Lista de operações planeadas de importância estratégica para a execução da EDL– Projetos Âncora

A presente estratégia DLBC define **três projetos âncora** que apresentam um contributo significativo ao nível da criação de novas empresas e da criação e manutenção de postos de trabalho assim como a capacidade para atrair novos projetos que concorram para a sua concretização.

O beneficiário de todos os projetos âncora corresponde ao agrupamento dos Municípios que constituem o GAC-RA, nomeadamente os municípios de Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Vagos, tendo sido indicado no campo "beneficiário" a entidade líder do agrupamento para cada projeto âncora. Ao nível da calendarização, prevê-se que os projetos âncora possam decorrer entre 2023 e 2029. Por último, de acordo com o PO financiador (MAR2030), a taxa de financiamento é de 70%, apresentando-se um total de cerca de 800.000,00€ de FEAMPA.

Designação	Beneficiário	Calendário	Montante Investimento (€)	FEAMPA (€)
Promoção e internacionalização da Rede de Estações Náuticas da Ria de Aveiro	CM Ílhavo (líder) CM Aveiro CM Murtosa CM Ovar CM Vagos CM Estarreja	2023-2029	428 571,43 €	300 000,00 €
Preservação e valorização da construção naval tradicional e das profissões ligadas à Ria e ao Mar	CM Murtosa (líder) CM Aveiro CM Ílhavo CM Ovar CM Vagos CM Estarreja	2023-2029	285 714,29 €	200 000,00 €
Campanha Ria de Aveiro	CM Aveiro (líder) CM Ílhavo CM Murtosa CM Ovar CM Vagos CM Estarreja	2023-2029	428 571,43 €	300 000,00 €

9. Instrumentos de gestão, acompanhamento e avaliação da implementação da EDL

A implementação da EDL será responsabilidade do GAC-RA, sendo a entidade gestora (EG) a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA). O GAC-RA propõe-se, no cumprimento das funções previstas regulamentarmente (artigo 33º. do Regulamento (EU) 2021/1060, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021) implementar uma metodologia holística na (i) gestão da implementação e no (ii) acompanhamento e avaliação da implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL). Neste contexto prevê-se:

(i) Gestão da implementação

A EG (CIRA) supervisiona o funcionamento do GAC-RA, administrando os fundos públicos colocados à sua disposição; e, em nome da parceria, elabora a contabilidade correspondente à execução da EDL, conservando os documentos relativos à sua execução durante 5 anos e aceita a fiscalização dos serviços nacionais e comunitários competentes e das administrações que a cofinanciem, em tudo o que for relativo à execução e à utilização das subvenções recebidas.

A EG implementa a EDL do GAC-RA para o que são criadas as seguintes estruturas:

Órgão de Gestão (OG)

O OG é constituído por sete membros e reflete a composição da parceria e a EDL proposta. A entidade gestora (EG) nomeia um representante, sendo este o presidente do OG. Os restantes membros do OG são selecionados de entre os membros da parceria pela EG. Cada membro do OG nomeia um único representante. O OG reúne trimestralmente e extraordinariamente sempre que necessário. As convocatórias para as reuniões são efetuadas pelo seu presidente, contendo a respetiva ordem de trabalhos.

Compete ao OG:

- Operacionalizar as ações e obrigações definidas no Contrato de Reconhecimento e Financiamento do GAC-RA;
- Constituir a Estrutura Técnica Local e nomear o seu coordenador;
- Informar as Autoridades de Gestão das aberturas de candidaturas, bem como enviar a informação relevante sobre as demais ações que vier a desenvolver;
- Lançar os concursos para as candidaturas ao programa de financiamento do GAC-RA.

Estrutura Técnica Local (ETL)

Estrutura executiva na dependência hierárquica do OG, gerida por um coordenador e de composição multidisciplinar. Tem por função operacionalizar as atividades do GAC-RA nos aspetos de divulgação do programa, efetivação de concursos para candidaturas e respetivo processamento, receção, acompanhamento e verificação da execução dos projetos aprovados. Será constituída por uma estrutura logística, técnica e humana adequada às suas funções.

Compete à ETL:

a) operacionalização das atividades de animação e acompanhamento da EDL
b) no âmbito da abertura de concursos:
   - Executar iniciativas de divulgação e promoção do programa do GAC-RA;
   - Preparar o lançamento de concursos públicos para apresentação de candidaturas ao programa do GAC-RA;
   - Prestar aos potenciais interessado as informações necessárias à apresentação de candidaturas;
   - Disponibilizar online o regulamento de apoio, formulários, orientações técnicas e outros documentos relevantes;
   - Rececionar e verificar a correta instrução das candidaturas;
c) no âmbito da análise de candidaturas:
   - Verificar as condições gerais e específicas de acesso;
   - Efetuar um controlo destinado a impedir a eventual duplicação de ajudas;
   - Verificar a elegibilidade das despesas;
   - Efetuar os registos relativos às candidaturas, pareceres emitidos e indicadores da execução material dos projetos;
   - Analisar as candidaturas em função do modelo de análise aprovado.
d) no âmbito do acompanhamento e verificação da execução material e financeira:
   - Prestar os esclarecimentos sobre pedidos de pagamento (PP) solicitados pelos promotores;
   - Analisar os PP registados pelos promotores;

- Assegurar a conformidade dos pagamentos dos apoios públicos através da verificação da execução financeira e material;
- Realizar as verificações de natureza administrativa em cada PP;
- Efetuar ações de acompanhamento para verificação das operações que incidam sobre aspetos documentais, financeiros, técnicos e físicos;
- Verificar o cumprimento pelos beneficiários das regras dos apoios em matéria de publicidade do financiamento.

Dispositivos técnico-administrativos para análise e seleção de projetos

A análise e seleção de projetos será apoiada por ferramentas informáticas que permitirão organizar, registar e sistematizar a informação das diversas candidaturas. Para suportar este processo todas as candidaturas terão de ser submetidas através de um formulário. As ferramentas apoiarão as diversas fases da análise, desde a verificação das condições gerais e específicas de elegibilidade de candidaturas até à análise e pontuação técnica, económico-financeira e estratégica. Os parâmetros para a análise e pontuação das componentes de avaliação constituirão um Modelo de Análise a ser aprovado pelos Órgãos deliberativos do GAC-RA e submetido às Autoridades de Gestão para homologação. Este Modelo de Análise será divulgado em conjunto com o lançamento de concursos.

Antecipa-se que os modelos a propor terão a preocupação de, integrando todas as novas diretrizes do período de programação 2021-2027, manter lógicas de continuidade com modelos anteriormente validados e implementados, potenciando a compreensão dos mesmos por parte do GAC-RA e potenciais beneficiários/promotores.

(ii) Acompanhamento e avaliação

Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento reúne semestralmente e extraordinariamente sempre que necessário e é composta por um representante de cada um dos parceiros do GAC-RA. As convocatórias para as reuniões da Comissão são efetuadas pelo presidente do OG, contendo a respetiva ordem de trabalhos.

Compete à Comissão de Acompanhamento:

- Acompanhar a atividade do GAC-RA;
- Ratificar a composição do Órgão de Gestão e as suas alterações;
- Ratificar os Relatórios de Execução Técnica e Financeira periódicos do GAC-RA;
- Acompanhar a execução física e financeira dos projetos aprovados.

Ações e instrumentos previstos para acompanhamento da EDL

O acompanhamento da EDL será realizado, numa fase inicial, através de encontros de concertação, relembrando os procedimentos para implementação e execução dos projetos. Pretende-se que os promotores executem os projetos de acordo com as regras do programa de forma a melhorar a elaboração e organização dos pedidos de pagamento e os relatórios de progresso ou finais.

Durante a execução dos projetos serão mantidos pela ETL contactos regulares com os promotores de projetos aprovados, tendo em vista a verificação da sua execução e a deteção de alterações. Estas ações de acompanhamento incidirão sobre aspetos físicos e/ou financeiros, materializando-se em reuniões de acompanhamento de intervenções (periodicidade variável, conforme as necessidades verificadas).

No contexto da parceria do GAC-RA serão criados grupos de trabalho temáticos, focados em setores/domínios estratégicos de intervenção da EDL como a pesca, aquicultura, náutica, turismo, rede urbana e comunidades costeiras, ou outros, que deverão reforçar sinergias entre parceiros e com o território, prevendo-se a definição de um mecanismo de coordenação, que possibilite o acompanhamento e monitorização dos trabalhos.

Prevê-se uma plataforma online de controlo do desenvolvimento da EDL permitindo a disponibilização/acesso a informação relevante e o contacto entre parceiros (por ex. fóruns de trabalho e discussão). Esta plataforma poderá também ser relevante para agilizar a comunicação interna da parceria e a divulgação regular de resultados.

Estas dinâmicas potenciarão a coesão da parceria e poderão espoletar novas oportunidades de trabalho colaborativo e novos projetos em prol do desenvolvimento integrado e sustentável do território do GAC-RA, extravasando o fim concreto de implementação da EDL.

Modalidade e instrumentos previstos para avaliação da EDL

O GAC-RA prevê a realização de uma avaliação externa para monitorizar o desenvolvimento da EDL, que deverá tecer recomendações ao OG, através da identificação de constrangimentos e desvios ao previsto inicialmente e da proposta de eventuais ações corretivas que permitam a plena execução operacional e financeira conforme as metas e objetivos definidos.

Subjacente à avaliação prevê-se a criação de um sistema simples/barómetro de aferição de impacto, tendo em conta os objetivos do GAC-RA, os indicadores e metas a atingir, para medir a evolução antes, durante e após a execução da EDL 2030. A avaliação abrangerá a Componente Técnica, Financeira e Estratégica, de modo a quantificar o cumprimento de Objetivos e Indicadores definidos nesta candidatura. Serão identificados os passos críticos de execução e definida uma grelha interna de indicadores de acompanhamento que permitirão a produção de relatórios periódicos.
A avaliação externa deverá contemplar a descrição detalhada da metodologia, calendário de execução e meios logísticos e materiais envolvidos e considerar as seguintes áreas:

a) Metodologia de Avaliação, contemplando:
   - Abordagem conceptual da avaliação *ex-ante, on-going* e *ex-post*;
   - Instrumentos e técnicas de recolha de informação e níveis de avaliação;
   - Organização e Funcionamento dos Serviços de Avaliação;
b) Plano de Operação dos Serviços de Avaliação;
c) Grelha interna de indicadores de acompanhamento e de impacto.

O serviço de avaliação apresentará semestralmente Relatórios de Acompanhamento.

No final do processo será apresentado um Relatório Final de Avaliação do desenvolvimento da EDL do GAC-RA.

10. Estratégia de dinamização da procura qualificada dos apoios da EDL

Tendo em vista a dar a conhecer as oportunidades de financiamento das operações a desenvolver no âmbito do apoio FEAMPA e promover uma atuação concertada dos principais atores prevê-se a implementação de diversas iniciativas descentralizadas pelo território. Assume-se como estrutural para o sucesso do GAC-RA e da sua EDL o envolvimento das comunidades locais e não apenas da parceria, pelo que se antecipa a concretização das seguintes iniciativas:

- Sessões públicas de apresentação da EDL do GAC-RA nos 6 municípios abrangidos.
  As sessões serão divulgadas na imprensa e a primeira deverá contar com representantes do POMAR 2030, representante do OG e da Comissão de Acompanhamento e órgãos de comunicação social.
  As Sessões versarão a apresentação da EDL GAC-RA 2030, as tipologias de intervenções previstas, condições de acesso e principais normas do Concurso (entretanto já definidas). No final haverá um período de debate e esclarecimentos.
  As sessões realizar-se-ão em locais o mais próximo possível das comunidades alvo.
- Sessões de trabalho direto com agentes e potenciais beneficiários/promotores da execução da EDL.
- Publicações nos órgãos de comunicação social regionais e locais, sobre a forma de anúncios ou artigos, divulgando os objetivos do GAC-RA e da EDL e publicitando as aberturas de concurso.
- Folhetos/brochuras e cartazes de divulgação da EDL do GAC-RA e dos seus objetivos, com incentivo à apresentação de candidaturas e divulgação de canais de esclarecimentos e apoio.
- Publicação online da informação contida nos folhetos de divulgação.

Atividades de animação e de dinamização da EDL

A ETL será responsável pela operacionalização das atividades de animação e acompanhamento da EDL, sobre orientação do OG e supervisão da Comissão de Acompanhamento.
A operacionalização da animação inclui a definição de meios e locais, preparação de materiais, necessidades logísticas e calendarização de ações.

a) O GAC-RA efetuará ações de animação com vista a dar a conhecer as oportunidades de financiamento das operações a desenvolver no âmbito do apoio FEAMPA em momentos chave, por exemplo:
   - no período que antecede a apresentação de candidaturas.
   - após a outorga dos contratos relativos a cada fase de candidaturas, coincidindo com o início de execução dos projetos.
   - após a conclusão de projetos relevantes.

O planeamento das ações de animação inclui a definição de meios a utilizar, locais, calendarização e horário, preparação de materiais específicos e por fim a execução das mesmas.

A página web do GAC-RA (CIRA) e as redes sociais serão também um dos veículos de animação e promoção do território através da publicação de conteúdos de divulgação das atividades do GAC-RA, adequando-os sempre à fase de desenvolvimento da EDL.
As ações de animação serão publicitadas nos órgãos de comunicação social locais e regionais, sempre no cumprimento das normas europeias de publicitação de projetos cofinanciados.

b) Complementarmente, serão promovidas ações com vista a potenciar uma atuação concertada dos principais atores no território (empresas, entidades do sector social, estabelecimentos de ensino, centros de investigação, autarquias, associações empresariais e associações locais), pelo que se prevê a dinamização anual do Fórum GAC-RA, com a participação da parceria e o convite às comunidades locais e às entidades chave (momentos abertos ao público). Estes fóruns realizar-se-ão em cada um dos concelhos integrantes do território e versarão i) recolha de contributos das comunidades sobre o contexto, preocupações, necessidades e desafios; ii) apresentação de um tema chave para a EDL e para o desenvolvimento do território do GAC-RA e iii) reforço do compromisso e envolvimento coletivo na implementação da EDL

Ações e meios de publicitação da EDL e divulgação de resultados

A EDL será divulgada através de vários meios com o objetivo de alcançar um público-alvo o mais alargado possível no território alvo da ação.
A versão completa da EDL será publicada no site do GAC-RA. Um resumo da EDL, contendo os princípios orientadores, as tipologias de intervenções e os principais objetivos e metas a alcançar será publicado, após a sua aprovação, em órgãos de comunicação social da região para conhecimento do público em geral.
Será desenvolvida uma brochura com conteúdo semelhante (online e papel, sendo este último formato em número reduzido), a ser distribuída pelos parceiros, pelos municípios, nos eventos de divulgação da EDL e através de correio eletrónico.
A produção de vídeo(s) promovendo a atividade do GAC-RA e a sua difusão via web, ou em eventos específicos, é uma atividade também prevista e que será realizada ao longo do período de implementação da EDL.
A divulgação de resultados será igualmente realizada através do site do GAC-RA. Projetos mais relevantes ou resultados agregados poderão ser divulgados em órgãos de comunicação social, redes sociais, ou em publicações da entidade gestora, sobre formatos analógicos ou digitais, incluindo meios audiovisuais.

Todas as ações de animação previstas serão também amplamente divulgadas, quer no período que as antecede para angariação de público, como posteriormente com evidências da sua realização e síntese de conclusões/resultados.

11. Estratégia de dinamização da parceria na conceção e no acompanhamento da execução da EDL

A EDL é o instrumento orientador da atuação do GAC-RA, sendo construída tendo por base princípios de mobilização coletiva que irão nortear também o seu acompanhamento ao longo do período de implementação (2023-2029). Neste sentido, prevê-se e tem sido implementada uma estratégia de dinamização da parceria com as seguintes características.

Dinamização da parceria na conceção da EDL:

Na construção da EDL foram mobilizados os membros da Parceria 2014-2020 e os respetivos órgãos de governação. Para o efeito foram implementados os seguintes métodos:

- Reuniões, lideradas pela CIRA, na qualidade de parceiro líder com os municípios do território de intervenção.
- Reuniões com os parceiros do GAC, no sentido de recolher contributos sobre o trabalho e resultados alcançados no período 2014-2020 e os desafios estratégicos/necessidades para o período 2030.
- Questionário *online* acessível aos parceiros para que, de forma sistematizada, pudessem apresentar a sua visão sobre aspetos de funcionamento, prioridades e recolha de contributos gerais.
- Reunião geral da parceria para apresentação de proposta de EDL e validação da mesma.

Dinamização da parceria no acompanhamento da execução da EDL:

A **Comissão de Acompanhamento** representa todos os membros da parceria e constitui o principal meio pelo qual os parceiros participam e acompanham a execução da EDL, sendo informados dos desenvolvimentos da

ação do GAC-RA, consultados sobre assuntos relevantes e chamados a decidir sobre as questões mais importantes do GAC-RA.

A Comissão de Acompanhamento reúne semestralmente e, de forma extraordinária, sempre que necessário. Nestas reuniões, para efeitos do adequado acompanhamento da execução está prevista na ordem de trabalhos a apresentação de elementos de avaliação com a identificação de constrangimentos e desvios ao previsto inicialmente e a proposta de eventuais ações corretivas que permitam a plena execução operacional e financeira conforme as metas e objetivos definidos. Sobre estes elementos será solicitado o contributo de todos os parceiros, podendo ser parte ativa da resolução de cenários menos positivos que se possam vir a verificar.

Complementarmente prevê-se ainda o seguinte:

- De forma permanente, a ETL prestará aos parceiros os esclarecimentos necessários e solicitados sobre questões correntes de implementação da EDL do GAC-RA e ações levadas no âmbito da sua animação, dinamização e implementação.
- Anualmente serão realizados questionários de recolha de contributos, à semelhança do efetuado no âmbito da conceção da EDL. Será feito o apelo a que todos os parceiros participem e registem a sua opinião.
- Anualmente prevê-se a realização do Fórum GAC-RA, como previamente indicado serão sete edições. Estes Fóruns serão momentos chave de dinamização da parceria e do contacto desta com entidades terceiras e com a comunidade, prevendo-se o reforço de sinergias e o enriquecimento do conhecimento entre entidades e do território, com consequências benéficas para a implementação da EDL e sucesso no alcance de metas de realização e resultado.
- Criação de grupos de trabalho temáticos, focados em setores/domínios estratégicos de intervenção da EDL como a pesca, aquicultura, náutica, turismo, rede urbana e comunidades costeiras, ou outros, que deverão reforçar sinergias entre parceiros e com o território, prevendo-se a definição de um mecanismo de coordenação, que possibilite o acompanhamento e monitorização dos trabalhos. Os temas e o modelo de concretização será alvo de discussão e validação no arranque da implementação da EDL.
- Criação de plataforma online de controlo da implementação da EDL com a disponibilização/acesso a informação relevante e o contacto entre parceiros (por ex. fóruns de trabalho e discussão). Esta plataforma poderá também ser relevante para agilizar a comunicação interna da parceria e a divulgação regular de resultados.
- De forma permanente e regular (com uma periodicidade mensal ou inferior), a divulgação de informação sobre a parceria, a EDL e o GAC-RA nos canais de comunicação da entidade líder e dos municípios do território de intervenção, assim como nos órgãos de comunicação social. Para o efeito serão mobilizados os parceiros para que possam enviar informação sobre as atividades empreendidas, o seu testemunho sobre o GAC-RA, etc..

12. Identificação do contexto operacional da Entidade Gestora, designadamente, do seu papel no âmbito de outros Programas de Investimento ou de outras iniciativas de caráter local e/ ou europeu

A Entidade Gestora do GAC-RA, como previamente indicado, é a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), entidade pública que representa 11 municípios e que possui uma ampla experiência de liderança de projetos de cooperação interinstitucional, integrando a intervenção de agentes públicos e privados, tendo em vista o desenvolvimento e o reforço da competitividade da Região. Ao longo da sua história tem sido capaz de criado e participado ativamente num conjunto alargado de parcerias, projetos e redes.

Criada formalmente a 16 de outubro de 2008, a CIRA é constituída por onze municípios com uma área de cerca de 1.700 km^2 e uma população próxima dos 370 mil indivíduos. Antes desta data, é de notar o trabalho já desenvolvido de cooperação entre os municípios, ainda que com diferentes denominações institucionais, na sua maioria decorrentes de orientações legais – destacam-se a (i) Associação de Municípios da Ria | AMRia que para além da promoção da qualidade ambiental veio a assumir como principais objetivos a elaboração de projetos intermunicipais que contribuíssem para o desenvolvimento da Região e a (ii) Grande área metropolitana de Aveiro.

Desde a sua génese em 2008, no contexto do quadro comunitário 2007-2013, é a CIRA a entidade gestora de diversos instrumentos de financiamento ligados a abordagens territoriais integradas para todo o seu território e para o território costeiro, com destaque para os seguintes por ordem cronológica ascendente:

Período 2007-2013:

- Pacto Territorial de Desenvolvimento (PTD da sub-região do Baixo Vouga) com contratualização de fundos comunitários;
- Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro (GAC-RA) no âmbito da implementação do Eixo 4 do Programa Operacional do Mar (PROMAR).

Período 2014-2020

- Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) através do Investimento Territorial Integrado (ITI) para a Região de Aveiro (FEDER, FC e FSE);
- Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro 2014-2020, implementação de DLBC Costeiro no âmbito do PO Mar 2020 – abordagem multifundo, integrando FEDER e FSE do PO Regional Centro 2020.

Período 2021-2027

- Programa Estratégico Intermunicipal - Negociação e subsequente gestão do Investimento Territorial Integrado;
- Candidatura ao Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro 2030.

Complementarmente, para comprovar a existência de outros mecanismos de financiamento (nacionais ou europeus) do funcionamento da Entidade Gestora, que complementam o apoio do FEAMPA, destacam-se:

- Participação na gestão do Programa Aveiro Digital 2003-2007, programa regional de financiamento de projetos, públicos e privados, apoiado pelo FEDER/FSE - QCAIII/Programa Operacional Sociedade do Conhecimento - Medida Cidades e Regiões Digitais.
- CIM piloto no âmbito do Documento Verde da Reforma da Administração Local, cruzando a experiência nesta escala e os desafios da descentralização. Processo decorrente da Lei 75/2013, de 12 de setembro, veio justificar um exercício avaliativo e prospetivo, quer por imposição legal, quer por desígnio estratégico, espelhando o ambiente relacional positivo e os seus efeitos multiplicadores no capital social regional.
- À semelhança das experiências pontuais anteriores com o QREN 2007-2013, o modelo descentralizado foi aprofundado e a CIM, na sequência dos contratos de Delegação de competências firmados com as Autoridades de Gestão, assumiu um papel de gestão intermédia em múltiplos projetos cofinanciados, desde a Regeneração Urbana (Rede Urbana para a Competitividade e a Inovação - RUCI), ao Sucesso Escolar (Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escola Educ@RA- PIICIE), à mobilidade urbana sustentável (PAMUS - PIMTRA) ou a múltiplas dimensões ambientais (bioresíduos; sistema primário de defesa do Baixo Vouga Lagunar), passando por diversos projetos cofinanciados focados na sustentabilidade do maior ecossistema regional, a Ria de Aveiro (Grande Rota da Ria de Aveiro; estudos e projetos para a proteção das margens e redução da erosão;

intervenções estruturais no controle de cheias e a Proteção das margens da Ria + margem esquerda Rio Vouga).

A CIRA participa ativamente em diferentes fóruns, organizações e programas, nacionais e internacionais, e trabalha em parcerias na prossecução dos objetivos regionais, numa lógica de eficiência do trabalho conjunto e demonstra trabalho desenvolvido em diferentes áreas e com diferentes instituições. Com este *modus operandi*, conta com um leque alargado de Equipas Intermunicipais mistas, compostas por elementos da sua estrutura interna, dos municípios e de outros parceiros, as quais detêm larga experiência na gestão de projetos, de projetos em rede e na implementação de planos estratégicos.

Na qualidade de Entidade Gestora proposta para o GAC-RA, prevê dar continuidade ao trabalho já desenvolvido, e reconhecido aos níveis local, regional, nacional e internacional, na experiência anterior enquanto Organismo Intermédio para o PROMAR e o PO Mar 2020/PO Centro.

Mantendo a sua designação e a Entidade Gestora, o GAC-RA pretende consolidar e reforçar o trabalho em rede e a aproximação às comunidades e aos potenciais promotores de investimentos suscetíveis de apoios no âmbito desta nova EDL.